

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ Oficina pedagógica: por uma educação lúdica e inclusiva

 Deise Avelina Felipe Saraiva*

Resumo: Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida nas Oficinas Pedagógicas, considerando os pressupostos lúdicos que as subsidiam e a possibilidade de articulá-las também à prática de uma educação inclusiva. Inicialmente, buscou-se explicitar o significado do termo Oficina Pedagógica com base nas ações que desenvolvem no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Além disso, são tratadas especificidades sobre as contribuições advindas, de forma geral, dos cursos de formação continuada que são ofertados nos espaços das Oficinas. Espera-se que o artigo contribua para o fortalecimento do trabalho pedagógico da Oficina Pedagógica e ao mesmo tempo desencadeie um movimento crescente na elaboração de cursos voltados para dimensão da educação inclusiva.

Palavras-chave: Oficina(s) Pedagógica(s). Lúdico. Inclusão.

* Deise Avelina Felipe Saraiva é contadora de histórias, mestre em Educação pela Universidade de Brasília, educadora há mais de vinte anos com atuação em escolas públicas e também na formação continuada de professores. Contato: dafsvideos@gmail.com.

Primeiras Palavras

Tradicionalmente, quando se lê ou se escuta o termo “oficina”, de imediato vem à mente a ideia de “montar e desmontar” objetos ou coisas, ou então “cortar, serrar ou emendar” materiais diversos e até mesmo “melhorar, consertar ou reconstruir” algo que se quebrou. Mas o termo “oficina”, quando associado à palavra “pedagógica”, ganha uma concepção um pouco mais elaborada e remonta à ideia de algo que também envolve construção ou reforma, porém do ponto de vista da educação. E é nesta perspectiva que queremos abordar nossa breve reflexão sobre o significado do trabalho desenvolvido na Oficina Pedagógica (OP).

De certa forma, a Oficina Pedagógica, ancorada em sua tradição de quase 31 anos de existência na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, veio resgatar as possibilidades de uma prática pedagógica fundamentada nas bases da ludicidade, da criatividade, do encantamento e da liberdade na construção de saberes por parte dos educadores que irão influenciar, também, em sua atuação em sala de aula com os educandos. Nesse sentido, as ideias de “montar e desmontar” e “melhorar, consertar e reconstruir” se aplicam ao que se faz na Oficina Pedagógica, pois reconstruímos saberes, redimensionamos práticas pedagógicas, questionamos o conservador que limita e evidenciamos o conservador que fortalece a prática. Porém, por outro lado, a ideia de “cortar, serrar, e emendar” também não é descartada, afinal temos em nossos cursos intensos momentos de confecção de materiais pedagógicos que, somados à prática do professor, atraem a atenção dos discentes.

Definir o que é a Oficina Pedagógica, de fato, não é uma tarefa fácil e, de certa forma, se torna até mesmo impossível, dada à complexidade e a diversidade de sua atuação em todas as regiões administrativas do Distrito Federal (DF).

Certamente, são inúmeras as possibilidades que podem ser alavancadas se alguém ouvir falar de Oficina Pedagógica; contudo, o nosso objetivo aqui é descrever e discutir um pouco daquilo que, como equipe na Oficina Pedagógica, se tem buscado para construir uma educação pública de qualidade.

Compreendendo o mundo das Oficinas Pedagógicas

O meu contato com as Oficinas Pedagógicas advém de quase duas décadas, quando pela primeira vez entrei em uma OP em Santa Maria para confeccionar jogos para trabalhar alfabetização com a minha turma. Foram encontros prazerosos e edificantes, pois consegui construir “trincas”, “quebra cabeças” e “dominós” que complementaram a minha prática pedagógica em sala de aula. Este foi um importante momento da minha vida profissional, com a inexistência de uma iniciante adentrava num espaço rico em ideias concretas (jogos), propostas e possibilidades para realizar em sala de aula.

Com o tempo, as oficinas começaram a oferecer cursos de formação continuada, certificados pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e logo ingressei, em Ceilândia, no encantador curso “A Arte de Contar Histórias”. A partir disso não parei mais! Em um ano de formação continuada na OP Ceilândia recebi, além da formação voltada

para a técnica e para a confecção de materiais para se contar uma boa história, a formação teórica que subsidiava a minha prática e ampliava os meus conhecimentos.

O convívio com a oficina pedagógica foi intensificando à volta a minha infância feliz e ao mesmo tempo resgatava as possibilidades de enriquecer a minha prática pedagógica, resgatando também o que minhas crianças tinham de melhor – a alegria e a vitalidade de serem crianças! Lembro-me de Arroyo (2000) quando afirma que “educar o educador será um permanente regresso à estação da infância como expressão do humano possível” (p. 49). E assim foi com um curso após o outro, toda ludicidade apresentada na proposta metodológica de cada um enriquecia a minha atuação em sala de aula, inclusive com a criação de projetos que começaram somente em minha turma e acabaram alcançando a escola inteira.

Minha atuação no decorrer destas duas décadas também foi modificando e a OP fez parte de cada uma das etapas que passei. Iniciei como educadora em classes de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Posteriormente, vivenciei a experiência na gestão de escola classe como Vice-diretora e depois como Supervisora Pedagógica e, por último, como educadora em Sala de Recursos no Atendimento Educacional Especializado para as crianças com necessidades educacionais especiais, uma verdadeira paixão que me fez perceber nuances da Educação Especial.

Foi justamente com o atendimento a crianças especiais que me vi desafiada a buscar ainda mais conhecimentos e me deparei com a O. P. de Brazlândia, onde aprendi muito com o Curso Formação para o Método TEACC¹. O fato é que as Oficinas Pedagógicas, de certa forma, sempre estiveram presentes em minha formação como educadora e permearam a minha prática educacional em diferentes instâncias.

Então, há pouco mais de dois anos, tive a rica oportunidade de participar da equipe das oficinas pedagógicas, na condição de professora formadora na OP de Ceilândia, atuando diretamente com os educadores da Rede Pública de Ensino do DF, junto com as minhas ex-professoras formadoras. Sendo assim, consegui aproveitar o que há de melhor nas Oficinas Pedagógicas, não apenas como educadora/cursista, mas também como gestora e formadora.

Trago, portanto, esta breve contextualização histórica e pessoal, para que o leitor possa compreender o quanto o trabalho pedagógico da OP é salutar, lúdico e necessário para na formação de profissionais da educação.

Oficina Pedagógica: espaço privilegiado para a ludicidade

Desde os primórdios da sociedade, a ludicidade faz parte da vida humana. O brincar, o jogo, o lúdico em si tem estado presente no cotidiano da humanidade, especialmente no que tange a perpetuação de ensinamentos de como ser gente, viver em comunidade, realizar tarefas do dia a dia ou até mesmo para a sistematização de conhecimentos. O fato é que a ludicidade é tão antiga quanto a humanidade e, por esta razão, também sempre esteve presente nos estudos sobre o ser humano, sua existência e subsistência e sua forma de compreender o mundo que o cerca.

Almeida (2000) e Pinto (2003) chamam a nossa atenção

para o fato de que, nos primórdios da organização humana em sociedade, foram as atividades lúdicas responsáveis pela transmissão da cultura de uma geração a outra, e assim sucessivamente. A ludicidade, através dos jogos, assume, essencialmente, um caráter cultural importante na perpetuação de valores e condutas. Da mesma forma, Friedmann (1992) analisa o papel da brincadeira como “o fenômeno social do qual todos participavam, e foi só bem mais tarde que ele perdeu vínculos comunitários e simbolismo religiosos, tornando individual” (p. 25).

Mas, como podemos compreender o lúdico? Segundo Santos (1997), o termo lúdico, tem sua origem no latim com o termo *ludus*, que significa “brinquedo”, referindo-se a atividades que envolvem a ideia de brincar, do jogo, da brincadeira e do divertimento. Este termo tem sido amplamente difundido no campo educacional como uma possibilidade enriquecedora da prática pedagógica nas escolas e nas salas de aula. Ressaltamos que o lúdico é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser visto apenas como diversão (SANTOS, 1997), pois o desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural. Além de colaborar para uma boa saúde mental, facilita também os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento, e tudo isto vai além de um momento de diversão.

No que se refere às oficinas pedagógicas, tal percepção, a percepção lúdica do ensinar e do aprender, não poderia ser desprezada, uma vez que este é o espaço privilegiado para o despertar do “ser brincante”, muitas vezes, escondido em cada educador, fazendo minhas as palavras de Kishimoto (2003), a brincadeira é o lúdico em ação!

Fröbel (1861) foi um dos primeiros estudiosos a justificar a importância do lúdico na educação de crianças, considerando a necessidade de brincar e jogar tão latente nos pequeninos. Essa valorização do aspecto lúdico da educação também pode e deve ser aplicada ao contexto da formação continuada do educador. Afinal, como poderá o educador enfatizar algo que ele não vivenciou ou não acredita ser possível de realizar?

Quanto a isto, Santos (1997) ressalta a presença de três pilares na formação do educador: a formação teórica, a formação pedagógica e a formação lúdica! Há décadas, nossas instituições formadoras (Escolas Normais, Faculdades e Centros de Formação) já enfatizam a necessidade de um arcabouço teórico que subsidie a prática pedagógica e lúdica do educador. No processo de formação, a cada semestre ou ano vencido, mais teorias e tendências pedagógicas são incorporadas ao conjunto de conhecimentos necessários para se formar um bom educador. Ainda assim, incorporar à formação dos educadores a perspectiva lúdica continua sendo uma iniciativa inovadora! Mas, por que pensar numa formação lúdica para o educador?

A razão de ser desta formação lúdica perpassa pela compreensão bioantropológica dos seres humanos, que precisam de vivências envolvendo a ludicidade, ou seja, as pessoas, quer sejam crianças ou adultos, se constituem seres humanos através de suas vivências lúdicas. Sendo assim, é preciso possibilitar ao futuro educador conhecer-se como pessoa, saber de suas potencialidades e limitações, e ao mesmo tempo, desbloquear suas resistências quanto ao valor do lúdico para a aprendizagem da criança, do jovem e do adulto. Conceber a perspectiva

de uma formação lúdica ao educador é possibilitar a ele a sua própria humanização.

Se, por um lado, a ludicidade resgata a humanização do educador, por outro se torna “facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre sua forma de ensinar, relacionando a utilização do lúdico como fator motivador de qualquer tipo de aula” (CAMPOS, 1986, p. 27). E é justamente neste sentido que a OP direciona suas ações, buscando incentivar o educador a trabalhar o seu fazer pedagógico com o viés da ludicidade, transformando a rigidez dos conteúdos em possibilidades atrativas para o educando, sem desprezar a teoria, a prática e a técnica.

Em cada encontro na OP, estruturamos um planejamento que atenda às necessidades de nossos cursistas (educadores da rede pública) em diversas áreas do conhecimento e mantemos o caráter lúdico, por mais denso que pareça ser o campo conceitual. Foi assim no curso de formação voltado para educadores atuantes com classes de CDIS², por exemplo, em que foi preciso se desdobrar na pesquisa e no estudo para conseguir transformar em lúdico os conteúdos que seriam desenvolvidos em classes com crianças e adolescentes marcados por sucessivas repetências e rotulados pelo fracasso no seu processo de aprendizagem.

O trabalho pedagógico e lúdico na OP busca demonstrar que a ação pedagógica do educador é importante para o conhecimento e crescimento do educando, pois oferece condições para que ele explore diversos recursos de que dispõe, orientando-o nesse trabalho, atuando como mediadora e facilitadora da aprendizagem não somente do discente, mas também do próprio educador.

Kishimoto (1996) traz considerações relevantes sobre a capacidade lúdica do educador e afirma que “um professor que não sabe e/ou não gosta de brincar, dificilmente desenvolverá a capacidade lúdica em seus alunos” (p. 122). Podemos atestar isto no cotidiano das nossas escolas e também nos cursos de formação que oferecemos na OP. O educador que não gosta, não sabe ou esqueceu como é aprender brincando, consequentemente, não consegue ensinar brincando.

A cada encontro na OP, resgatamos esta necessidade humana do brincar e de ser lúdico em cada cursista através da reflexão e da prática que vivenciamos semanalmente. A proposta pedagógica da OP busca introduzir as atividades lúdicas como uma força propulsora na formação docente, que é também o pensamento de Santos (1997), quando afirma que para se dinamizar uma proposta pedagógica é preciso, “no mínimo, que este profissional tenha vivenciado a ludicidade em sua própria trajetória” (p. 61).

Infelizmente, percebemos a não valorização das atividades lúdicas não apenas na educação infantil, o que já seria um grande absurdo, mas em todas as modalidades de ensino, e isto está relacionado, em grande parte, às lacunas curriculares dos cursos de formação dos educadores. Por esta razão, as oficinas pedagógicas defendem uma formação continuada baseada nos três pilares que mencionamos anteriormente! Identificamos o educador como figura essencial para a construção de uma educação mais humana, sensível e lúdica. E, para que isso aconteça, criamos em nosso espaço físico, ainda que limitado, materiais adequados e a oportunidade de participarem de

momentos lúdicos. Agindo desta maneira, o educador poderá transportar para a sua sala de aula também uma forma de fazer educação, mais criativa, mais prazerosa e mais participativa.

No decorrer das aulas dos cursos de formação continuada da OP, propusemos confecções diversas: são dobraduras, colagens, jogos, painéis e tantos outros recursos que são produzidos com materiais mais elaborados e também alternativos, considerando que “para a construção de jogos ou brinquedos com material de sucata, o essencial não é o objeto em si, mas sim, o que ele pode oferecer” (SANTOS, 1995, p.7). Assim, a OP passa a ser o espaço também para a otimização de materiais, objetos e recursos a partir do olhar “lúdico” atribuído a eles. Em outras palavras, as atividades lúdicas propostas “são usadas para divertir, outras vezes para socializar, para promover a união de grupos e, num enfoque pedagógico, como um instrumento para transmitir conhecimentos” (PINTO, 2003, p. 43).

Ao favorecermos a fomentação do lúdico na formação teórico-prática do educador, estamos de certa forma oportunizando ao educador ferramentas para garantir um ambiente de estimulação e valorização do esforço e das realizações próprias e originais do educador junto com a criança. Estas constatações são possíveis a cada semana nos relatos compartilhados pelos educadores através de projetos desenvolvidos em sala de aula, na coordenação com outros educadores ou até mesmo na condução de gestores cursistas. Ouvimos destes educadores, com riqueza de detalhes, o quanto a proposta lúdica no seu trabalho pedagógico tem trazido resultados positivos como: a participação dos educandos; a concentração dos mesmos por se tratar de uma atividade atrativa para eles; avanços na aprendizagem dos seus educandos; o fortalecimento da coordenação pedagógica com a adesão de outros professores (não cursistas); e, por fim, a constante busca por oficinas temáticas, conduzidas por nós formadores da OP em suas escolas.

Finalmente, com a formação continuada que privilegia também a ludicidade, oportunizamos a construção de novos espaços que favoreçam a imaginação, o brincar, o desenvolvimento individual e coletivo, o aprender e a possibilidade de sermos seres humanos em nossa essência!

Oficina Pedagógica: conquistando o espaço para a educação inclusiva

A compreensão de que o projeto Oficinas Pedagógicas é voltado para os aspectos lúdicos da educação já não é mais uma dúvida; ao contrário, é a certeza de que o caminho para uma educação melhor e de fato de qualidade é possível se partirmos dos pressupostos da ludicidade. Este pressuposto, de certa forma, está consolidado em todas as 14 Oficinas Pedagógicas. Existe a convicção de que o nosso trabalho de formação continuada é permeado pelo lúdico e não poderia mesmo ser diferente disto. Todavia, no contato com os educadores cursistas, percebi a inquietação de alguns – que também era a minha – em relação aos nossos alunos com necessidades educacionais especiais. Ou seja: de que forma poderíamos contribuir também para a educação especial numa perspectiva inclusiva tão latente em nosso contexto atual?

Começávamos a pensar sobre a perspectiva inclusiva no âmbito das Oficinas Pedagógicas. Contudo, a discussão sobre a

inclusão não é uma discussão tão recente assim e já passou por vários movimentos no decorrer da história da educação.

Inicialmente, as crianças com algum tipo de deficiência viviam completamente segregadas e escondidas em seus lares. Com o tempo, começaram a surgir instituições com o objetivo de auxiliar estas pessoas *deficientes* e basicamente as atendiam com a finalidade de alimentá-las, abrigá-las, medicá-las e dar-lhes atividades aleatórias (MANTOAN, 1997). Neste período, as pessoas eram vistas como pessoas inúteis, sem condições de participarem de atividades sociais. Mesmo quando possuíam acesso a um atendimento institucionalizado e formal, estas crianças ainda continuavam segregadas.

Lamentavelmente, esta forma de segregação foi se tornando cada vez mais comum e frequente. Nos anos 60, esse entendimento passou a ser definitivamente incentivado e colocado em prática na sociedade, sobretudo a partir da abertura de escolas especiais, clubes sociais, dentre outros tipos de atividades “especiais” (MANTOAN, 1997). Mas, como todo pensamento e toda ideologia pode ser contestada, também não poderia ser diferente com essa forma de segregação. Existiam pessoas, estudiosos e pesquisadores que lutavam por uma outra maneira de compreender o papel da pessoa com deficiência na sociedade. Começa, assim, a surgir a ideia de integração.

A integração foi se tornando um movimento cada vez mais crescente com o discurso de que era necessário que os deficientes estivessem dentro dos espaços sociais, especialmente as escolas. Embora a ideia de integração fosse inovadora e buscasse retirar os deficientes de suas clausuras, um critério era essencial: que este deficiente se adequasse ao ambiente social. No caso da escola, se adequar a ela é, na verdade, chegar a um “determinado nível de competência social” que comprovasse a possibilidade de sua participação na escola e na sociedade. O indivíduo com deficiência precisaria comprovar, de alguma forma, suas competências para ser integrado ao ambiente, no nosso caso, a escola.

O período da integração escolar representou um avanço na forma de perceber a pessoa com a deficiência; mas, ainda assim, não era suficiente, afinal por que o sujeito, muitas vezes, com tantas limitações deveria se adequar a uma sociedade dita “normal”? Este e outros questionamentos fomentaram a busca por uma nova forma de perceber a pessoa com a deficiência. Surge assim a ideia de inclusão social, sociedade inclusiva e escola inclusiva que partem do pressuposto de que a sociedade e a escola precisam se adequar para acolher o sujeito com deficiência – e não o contrário.

Nesta perspectiva, a sociedade foi se adequando a este novo pensamento em relação ao atendimento da pessoa com deficiência. No âmbito internacional, a expressão “sociedade para todos” foi colocada na resolução 45/91 da Organização das Nações Unidas (ONU) e vem sendo utilizada a partir de então. O ano de 1981 foi adotado pela ONU como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Entre os anos de 1983 a 1992, adicionalmente, a ONU promulgou a “Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência”. Duas das grandes conquistas desse período são o “Fundo Voluntário das Nações sobre Deficiência” (constituído a partir da resolução 40/31) e a adoção do documento *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*, de 20 de Dezembro

de 1993, ambos projetos aprovados pela assembleia geral da ONU. Em 1994, mais algumas grandes conquistas: o registro na Declaração de Salamanca do conceito de inclusão no campo educacional e a inclusão de uma meta de “Educação para Todos” na *Declaração Mundial de Educação para Todos* (1990) da UNESCO³. Na Islândia, aconteceu uma confederação sob o tema “Além da Normatização”, que foi seguida por uma conferência intitulada “Uma Sociedade para Todos: Inclusão - Participação”, em Oslo, na Noruega. O objetivo desses eventos foi demonstrar que o conceito de sociedade inclusiva tem sido gradativamente implantado no mundo todo (MANTOAN, 1997).

Neste mesmo ritmo segue o movimento em prol de uma sociedade e de uma escola inclusiva também no Brasil. Nos cursos de licenciaturas, foram inseridas disciplinas voltadas para Educação Especial e, cotidianamente, surgem muitos cursos de formação nas diferentes áreas de deficiência: visual, auditiva, mental, física, múltipla e transtornos.

Entretanto, o desafio da Inclusão Escolar continua até os dias de hoje! A escola é desafiada diariamente a oportunizar uma educação pública, igualitária e de qualidade a todos, inclusive aos que apresentam algum tipo de deficiência. Para isso é necessário perceber a heterogeneidade como um enriquecimento para o grupo envolvido. Conviver com um colega “especial” e com sua deficiência é abrir possibilidades para uma aprendizagem que humaniza o educando e também o educador. É exatamente neste movimento que identifico novas perspectivas também para o espaço da OP. Afinal, temos tanto educadores como educandos com necessidades especiais e ambos precisam ser melhor atendidos no espaço lúdico que é a Oficina Pedagógica (não que atualmente não o sejam, mas que nos debruçemos em formações continuadas que visem atender melhor a estas especificidades).

Há pouco mais de quatro anos, começamos a engatinhar neste sentido quando iniciamos a oferta de curso de formação continuada na área de Transtorno do Espectro Autista na OP em Brazlândia, onde fui cursista, e há dois anos em Ceilândia, onde atuo como docente. No ano passado, iniciamos atividades semelhantes em Taguatinga. Ainda é muito pouco, mas são os primeiros passos.

Sem dúvida, há um potencial formador lúdico nas Oficinas Pedagógicas e é possível consolidar o potencial inclusivo ao seu trabalho pedagógico. A partir de uma dimensão humanizadora que já possuímos em nossas relações pedagógicas com os educadores cursistas, podemos implementar reflexões que tendem a uma educação inclusiva, pois “toda prática educativa, docente, está orientada por um projeto de sociedade e de ser humano” (ARROYO, 2000, p. 81).

Por fim, podemos ampliar o nosso jeito de ser Oficina Pedagógica. É possível agregar a educação especial ao nosso ofício de educador formador, considerando a dimensão inclusiva que é enriquecida pela pesquisa e pelas contribuições de nossos educadores cursistas que se deparam diariamente com esta realidade em suas escolas e em suas salas de aula.

Em uma sociedade de tantos desencontros e entraves, somos um espaço de formação continuada que realiza um fazer pedagógico permeado de encontros e que é reconstruído a cada nova turma de cursistas e a cada desafio que é posto. É assim que caminhamos!

Diante da necessidade da formação de educadores na perspectiva do trabalho pedagógico em classes especiais, classes inclusivas e salas de recursos no atendimento a crianças autistas, a OP se reinventa preservando seu caráter lúdico e criativo. O curso de Formação para o Método TEACCH é o nosso primeiro curso voltado para a Educação Especial, ofertado em apenas três Coordenações Regionais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF).

A possibilidade de atrelar a perspectiva lúdica à uma perspectiva inclusiva tem feito do curso “TEACCH”, como o chamamos, um dos que possui maior lista de espera por uma vaga. A cada encontro, compartilhamos saberes, vivenciamos dinâmicas, dividimos angústias e preocupações, estudamos uma base teórica complexa e densa – em resumo, crescemos muito juntos.

Os encontros temáticos favorecem a reflexão sobre como aprimorar a prática docente com o educando autista através do ensino a estas crianças de comportamentos desejáveis para que elas consigam apreender a língua materna (de forma oral e/ou escrita) e a matemática, focando no estímulo a movimentos mais simples, como o de pinça, até os dos grandes músculos (pernas e braços), além de enfatizar a percepção de detalhes em figuras e formas, que são tão desafiadores ao educando autista, incluindo a discriminação de formas e cores e outras habilidades que tornam possível o desenvolvimento do educando autista.

A perspectiva inclusiva no fazer pedagógico das Oficinas Pedagógicas colabora na construção de uma educação de qualidade não apenas para os educandos ditos “normais”, mas também para aqueles que ainda carecem uma atenção diferenciada com vistas ao redimensionamento das ações pedagógicas mais conservadoras. Os “feedbacks” de nossos educadores cursistas, cada vez mais, demonstram o valoroso trabalho lúdico e inclusivo que fazemos, evidenciando o respeito e a certeza de que o autista é capaz de aprender.

Considerações finais

Diante de tudo que já foi exposto, vislumbramos a relevante importância do trabalho que é desenvolvido na Oficina Pedagógica. A possibilidade de ofertar cursos de formação continuada com atividades estimuladoras e motivadoras aos educadores nos traz a convicção de que estamos no rumo certo.

Tanto o caminhar numa perspectiva lúdica como numa perspectiva de inclusão é uma iniciativa cuja postura didático-pedagógica representa um enorme desafio à formação continuada dos profissionais da educação. A experiência que tivemos em relação ao atendimento de educadores que atuam com autistas favorece a reflexão sobre as possibilidades de incluir elementos lúdicos e inovadores no complexo mundo da Educação Especial.

O educador formador, enquanto mediador, mas não o único, assume a importante tarefa de oportunizar o redimensionamento de ações pedagógicas em relação ao educando especial, englobando tanto a apropriação de conhecimentos científicos como a de conhecimentos do dia a dia. A atuação docente pode e deve considerar as diferenças individuais que são tão enriquecedoras e fundamentais para a construção do saber,

priorizando as potencialidades sem que as limitações se tornem empecilhos para que o educando conviva harmoniosamente com a comunidade escolar.

A atuação da Oficina Pedagógica realmente está caminhando para evitar a segregação do “diferente” através do trabalho conjunto e da tentativa de repensar cada ação. Neste aspecto, pode-se dizer que, aos poucos, podemos direcionar nossas atividades numa perspectiva inclusiva, baseadas nos fundamentos da

educação pelo prazer e pelo encantamento. A postura pioneira apresentada a partir das vivências com o curso Método Teacch em Brazlândia, Ceilândia e Taguatinga demonstram que é possível transformar a prática, romper com preconceitos e propor uma formação continuada diferenciada. A experiência foi gratificante e a cada curso ministrado percebemos avanços e ampliamos qualitativamente. Somos parte das Oficinas Pedagógicas e trabalhamos, diariamente, por de uma educação lúdica e inclusiva! ■

Notas

- ¹ TEACHH: sigla em inglês “Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children”, em português significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação.
- ² CDIS- Correção da Distorção e Idade/Série, sigla utilizada para se referir ao projeto da Secretaria de Educação do DF destinado a turmas compostas por alunos que repetiram os anos iniciais várias vezes e estão fora da faixa etária.
- ³ UNESCO – sigla em inglês, “United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization” que significa em português Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica**: técnica e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2000.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- FRIEDMANN, Adriana. **O direito de brincar**: a brinquedoteca. São Paulo: Abrinq, 1992.
- FRÖBEL, Friedrich. **Educação do Homem**. Paris: Hachette, 1861.
- KISHIMOTO, Tizuko M.,. **Jogo, Brinquedo e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnom, 1997.
- PINTO, Marly. **Formação e aprendizagem no espaço lúdico**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.
- SANTOS, Marli Pires dos. **Brinquedoteca**: sucata vira brinquedo. Porto Alegre: artes Médicas, 1995.
- _____. **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.